

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. **Aquisição de materiais elétricos destinados à implantação de iluminação pública em parte da Rodovia Ercides Rosseto e manutenção de Avenidas do município**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote	Item	Descrição	CATMAT	Qtd	Un	V. Unit R\$	V. Total R\$
1	1	Arruela quadrada 5/8	364571	70	UN.	1,34	93,80
1	2	Braço para luminária em aço galvanizado 3m, tipo cisne 50 a 60mm	472532	52	UN.	243,25	12.649,00
1	3	Cabo de cobre PP, flexível, classe 4 ou 5, isolamento em pvc/a, anti chama - 3x2,5mm.	616159	4.130	M	11,42	47.164,60
1	4	Conector perfurante 70x2.5mm	418880	96	UN.	12,02	1.153,60
1	5	Condutor de cobre, rígido/sólido, isolamento em pvc/a antichama, 06/1kv 10mm – preto.	600267	600	M	13,29	7.974,00
1	6	Fita isolante adesiva antichama, PVC, uso até 750V, em rolo de 19mm x 20m	321184	10	UN.	7,57	75,70
1	7	Luminária 40W, corpo em alumínio injetado ou alumínio extrudado sob pressão pintado, lentes em PMMA, fechamento com vidro #4mm, serigrafado e temperado ou de policarbonato. Entrada de cabos tipo prensa cabo em tecno polímero. Vedação de borracha em silicone antienvelhecimento. Elementos de fixação externos em aço inoxidável. Fixação em braço de 48-60mm em suporte de alumínio injetado ou alumínio extrudado sob pressão. Pintura em poliéster na cor cinza aplicada por processo eletrostático. Dimensões (CxLxA). Sendo temperatura de operação 40...+50°C, proteção contra impactos de IK08. O controlador (driver) deverá estar incorporado internamente à luminária, ser dimerizável (0 a 10W) IP 66 ou superior e marcações (identificação em seu corpo conforme ABNT NBR IEC 62347-2-13 e ABNT NBR 16026, com protetor de surto (DPS). Em conformidade com a EMSI 268. Altura de instalação 3m – 12m. Vida útil calculada de 75.000 horas. 1) Tensão de alimentação = 100-250V; 2) Limites de tensão – 90-305V; 3) Frequência 50/60Hz; 4) Fator de potência = >0,92; 5) Isolamento elétrico – Classe I; 6) Proteção contra surtos – 10kV / 15kA. Fonte de luz – LED – módulos compostor por LED mid power (SMD) montados em PCI em alumínio com condutividade térmica de 3W/mK do tipo MCPCB.	446068	100	UN.	350,02	35.002,00

		Temperatura da cor (TCC) 5.000K. Índice de reprodução de cor (IRC) >70, fluxo luminoso = > 5.280lm. Garantia de 5 (cinco) anos.					
1	8	Luminária 80W, corpo em alumínio injetado ou alumínio extrudado sob pressão pintado, lentes em PMMA, fechamento com vidro #4mm, serigrafado e temperado ou de policarbonato. Entrada de cabos tipo prensa cabo em tecno polímero. Vedação de borracha em silicone antienvelhecimento. Elementos de fixação externos em aço inoxidável. Fixação em braço de 48-60mm em suporte de alumínio injetado ou alumínio extrudado sob pressão. Pintura em poliéster na cor cinza aplicada por processo eletrostático. Dimensões (CxLxA). Sendo temperatura de operação 40...+50°C, proteção contra impactos de IK08. O controlador (driver) deverá estar incorporado internamente à luminária, ser dimerizável (0 a 10W) IP 66 ou superior e marcações (identificação em seu corpo conforme ABNT NBR IEC 62347-2-13 e ABNT NBR 16026, com protetor de surto (DPS). Em conformidade com a EMSI 268. Altura de instalação 3m – 12m. Vida útil calculada de 75.000 horas. 1) Tensão de alimentação = 100-250V; 2) Limites de tensão – 90-305V; 3) Frequência 50/60Hz; 4) Fator de potência = >0,92; 5) Isolamento elétrico – Classe I; 6) Proteção contra surtos – 10kV / 15kA. Fonte de luz – LED – módulos compostos por LED mid power (SMD) montados em PCI em alumínio com condutividade térmica de 3W/mK do tipo MCPCB. Temperatura da cor (TCC) 5.000K. Índice de reprodução de cor (IRC) >70, fluxo luminoso = >10560lm. Garantia de 5 (cinco) anos.	472117	100	UN.	457,50	45.750,00
1	9	Luminária 120W, corpo em alumínio injetado ou alumínio extrudado sob pressão pintado, lentes em PMMA, fechamento com vidro #4mm, serigrafado e temperado ou de policarbonato. Entrada de cabos tipo prensa cabo em tecno polímero. Vedação de borracha em silicone antienvelhecimento. Elementos de fixação externos em aço inoxidável. Fixação em braço de 48-60mm em suporte de alumínio injetado ou alumínio extrudado sob pressão. Pintura em poliéster na cor cinza aplicada por	609444	132	UN.	705,46	93.120,72

		processo eletrostático. Dimensões (CxLxA). Sendo temperatura de operação 40...+50°C, proteção contra impactos de IK08. O controlador (driver) deverá estar incorporado internamente à luminária, ser dimerizável (0 a 10W) IP 66 ou superior e marcações (identificação em seu corpo conforme ABNT NBR IEC 62347-2-13 e ABNT NBR 16026, com protetor de surto (DPS). Em conformidade com a EMSI 268. Altura de instalação 3m – 12m. Vida útil calculada de 75.000 horas. 1) Tensão de alimentação = 100-250V; 2) Limites de tensão – 90-305V; 3) Frequência 50/60Hz; 4) Fator de potência = >0,92; 5) Isolamento elétrico – Classe I; 6) Proteção contra surtos – 10kV / 15kA. Fonte de luz – LED – módulos compostos por LED mid power (SMD) montados em PCB em alumínio com condutividade térmica de 3W/mK do tipo MCPCB. Temperatura da cor (TCC) 5.000K. Índice de reprodução de cor (IRC) >70, fluxo luminoso = > 15840lm. Garantia de 5 (cinco) anos.					
1	10	Luminária 200W, corpo em alumínio injetado ou alumínio extrudado sob pressão pintado, lentes em PMMA, fechamento com vidro #4mm, serigrafado e temperado ou de policarbonato. Entrada de cabos tipo prensa cabo em tecno polímero. Vedação de borracha em silicone anti envelhecimento. Elementos de fixação externos em aço inoxidável. Fixação em braço de 48-60mm em suporte de alumínio injetado ou alumínio extrudado sob pressão. Pintura em poliéster na cor cinza aplicada por processo eletrostático. Dimensões (CxLxA). Sendo temperatura de operação 40...+50°C, proteção contra impactos de IK08. O controlador (driver) deverá estar incorporado internamente à luminária, ser dimerizável (0 a 10W) IP 66 ou superior e marcações (identificação em seu corpo conforme ABNT NBR IEC 62347-2-13 e ABNT NBR 16026, com protetor de surto (DPS). Em conformidade com a EMSI 268. Altura de instalação 3m – 12m. Vida útil calculada de 75.000 horas. 1) Tensão de alimentação = 100-250V; 2) Limites de tensão – 90-305V; 3) Frequência 50/60Hz; 4) Fator de potência = >0,92; 5) Isolamento elétrico – Classe I; 6) Proteção contra surtos – 10kV / 15kA.	603068	80	UN.	758,11	60.648,80

		Fonte de luz – LED – módulos compostor por LED mid power (SMD) montados em PCI em alumínio com condutividade térmica de 3W/mK do tipo MCPCB. Temperatura da cor (TCC) 5.000K. Índice de reprodução de cor (IRC) >70, fluxo luminoso = > 26400lm. Garantia de 5 (cinco) anos.					
1	11	Parafuso máquina 5/8x10" 250mm	259360	65	UN.	15,97	1.038,05

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 62, de 05 abril de 2023.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados do(a) da Assinatura da Ata de Registro de Preços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da emissão da solicitação de compra, de maneira fracionada.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado Municipal, situado a av. Marcilio Daltro, Perimetral à BR 369, Numero 121 – Jardim Panorama – Ubiratã -PR – cep: 85.440-000.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, o (a) senhor (a) João Martos Moreno, ou pelos respectivos substitutos, o (a) senhor (a) Valdinei Farias dos Santos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.2. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato, o (a) senhor (a) Ronaldo Felipe Maciel, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, será efetuada a sua liquidação.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.9.1. o prazo de validade;
- 7.9.2. a data da emissão;
- 7.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5. o valor a pagar; e

7.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

7.12. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação fiscal.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado, contado da finalização da liquidação da despesa, até o décimo dia do mês subsequente, desde que o documento esteja em tempo hábil na Divisão de Tesouraria do Município.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do INPC.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será de maneira parcelada.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Qualificação Técnica

8.24. Certificado/Registro do INMETRO referente à classe de produto "Luminárias para Iluminação Pública Viária — PT Inmetro nº 62/2022", contendo no mínimo as informações de fabricante e marca, número do certificado, data de emissão, data de validade, modelos de luminárias. Deverá apresentar relatórios de ensaios comprobatórios referente ao item e demais ensaios requeridos na Portaria INMETRO nº 62/2022. (Para os itens 7,8,9 e 10)

8.25. Comprovação que as luminárias possuam Selo PROCEL de economia de energia para luminárias públicas de LED. (Para os itens 7,8,9 e 10)

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. *O custo estimado total da contratação é de R\$304.670,59 (Trezentos e quatro mil seiscientos e setenta reais e cinquenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos em anexo.*

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Ubiratã.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

RED.	Órgão	programática	Dotação	Descrição	Fonte	Valor
652	10003	15.451.0010.2083	3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	507	271.949,94

Despesa: 33903026 MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO

RED.	Órgão	programática	Dotação	Descrição	Fonte	Valor
646	10003	15.451.0010.1063	4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	507	32.720,65

Despesa: 4490510206 REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

10.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

Ubiratã, 13 de maio de 2025.

RONALDO FELIPE MACIEL
SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS E PAVIMENTAÇÃO